

Fiorenzo Facchini: evolução e criação!

por Paulo Faitanin – UFF



Fiorenzo Facchini

1. Biografia: O Dr. Fiorenzo Facchini é Professor de Antropologia na Universidade de Bolonha, desde 1978. Responsável pelo Instituto de Antropologia desde 1971 até 1994, aposentado em 2005. Agora ele é Professor de Paleontologia Humana na escola de especialização em Arqueologia da Universidade de Bolonha. Desenvolveu e coordenou pesquisas antropológicas em vários campos, particularmente no estudo de grupos humanos e na Paleoantropologia neolítica etrusca, na idade do bronze. No estudo do passado de populações ele pôs em evidência a importância da cultura como estratégia de adaptação e peculiar comportamento do homem. Ele organizou e coordenou duas expedições na Ásia Central para estudar a adaptabilidade humana nas elevadas altitudes (1993, Kazakhstan; 1994, Kirgizistan). Responsável pela investigação na modernização no Kazaquistão. Sua atividade científica está documentada em 300 estudos, entre eles os seguintes: *Il cammino dell'evoluzione umana* (Jaca Book, Milano, 1985,1994; edição croata, 1997); *Antropologia* (Utet, Torino 1988, 1995); *L'uomo. Le origini* (Jaca Book, Milano, 1990, traduzido para o francês, alemão, espanhol e japonês); *Paleoantropologia culturale* (Jaca Book, Milano 1992); *Paleoantropologia e Preistoria. Dizionario enciclopedico* (in coll. con A. Beltran e A. Broglio, Jaca Book, Milano, 1993); *Evoluzione umana e cultura* (La Scuola, Brescia, 1999); *Origini dell'uomo ed evoluzione culturale* (Jaca Book, Milano, 2002); *Miti e riti della preistoria* (in coll. con P. Magnani, 2002); *Un ambiente per l'uomo* (Edizioni Dehoniane, Bologna, 2005); *E l'uomo venne sulla terra* (Ed. S.Paolo, 2005; tradução em curso para o espanhol). Recentemente, o seu artigo 'Evolução e Criação' publicado no periódico do Vaticano, *L'Osservatore Romano*, causou grande comentário mundial por criticar a teoria do 'Intelligent Design' defendida por alguns cientistas cristãos e ressaltar que a Igreja Católica não se opõe à doutrina evolucionista. Apresentamos abaixo na íntegra o artigo:

2. 'Evolução e Criação' in L'Osservatore Romano, n°3, 21 de Janeiro de 2006, pp. 8-10: O aceso debate sobre evolução e criação, que se desenvolveu há diversos decênios nos Estados Unidos, chegou à Europa há alguns anos e vai inflamando o mundo cultural. Infelizmente está poluído por posições políticas e ideológicas, o que não facilita um debate sereno. Certas afirmações dos «criacionistas» americanos suscitaram no ambiente científico reações

inspiradas num certo dogmatismo na defesa do neodarwinismo e fizeram reemergir posições cientistas, típicas da cultura oitocentista.

Muitas vezes tem-se a impressão de que a confusão reina soberana. Também a situação de novos programas de ciências nas escolas italianas, nos quais num primeiro tempo a evolução foi suprimida e depois readmitida, é sinal de uma certa desorientação derivante de conhecimentos inadequados do problema. É do mês passado o pronunciamento do juiz federal Jones, na Pensilvânia, sobre a não-admissibilidade do ensino do *intelligent design* (ID) (versão recente do criacionismo científico, do qual se falará mais adiante, baseado numa interpretação literal do gênesis), como teoria alternativa à da evolução a ser ensinada nos cursos de ciências.

Sobre esta matéria o magistério da Igreja, particularmente nas intervenções de João Paulo II expressou-se com grande clareza e abertura em várias ocasiões. Recentemente, em 2004, foi publicado, com a aprovação do então Card. Ratzinger, um documento da Comissão Teológica Internacional com o título: «Comunhão e serviço. A pessoa humana criada à imagem de Deus». No mundo científico a evolução biológica representa a chave interpretativa da história da vida sobre a terra, o quadro cultural da biologia moderna. Considera-se que a vida na terra começou num ambiente aquático há cerca de 3,5-4 bilhões de anos com seres uni- celulares, os procariotes, desprovidos de um verdadeiro núcleo. Eles permanecem por muito tempo sem mudanças, até 2 bilhões de anos, quando surgem os primeiros eucariotes (unicelulares com núcleo) nas águas que cobriam o planeta. Os viventes pluricelulares tardarão a surgir. Desde o seu surgimento, há um bilhão de anos, o ritmo evolutivo procederá ainda mais lentamente e não generalizado. Foi durante o Cambriano, há cerca de 540 e 520 milhões de anos, que se desenvolveram de modo quase explosivo as principais classes vivas.

É presumível que durante muito tempo não tenha havido na terra as condições adequadas para a evolução dos animais e vegetais hoje viventes. Mas a sucessão com a qual aparecem peixes, anfíbios, répteis, mamíferos, pássaros e a grande rapidez com que evoluem são um problema que ainda deve ser esclarecido. Nos últimos minutos do relógio da vida forma-se a linha evolutiva que levou até ao homem. Há cerca de seis bilhões de anos foi vista a divergência entre a direção evolutiva que levou aos macacos antropomorfos e a direção que originou um cepo de formas, os Hominídeos, entre as quais há cerca de dois milhões de anos se identifica a linha evolutiva humana. Antes da forma humana moderna, cujas expressões mais antigas se encontram há aproximadamente 150.000 anos, existiram outras formas humanas,

classificadas como *Homo erectus* e, ainda antes, *Homo habilis*, às quais se deve incluir o Homem *sapiens*.

Compete à paleoantropologia a tarefa de reconstruir as várias etapas, às quais se juntam as modernas pesquisas biomoleculares sobre o DNA para encontrar analogias e diferenças a nível genético, que se refiram a uma ascendência comum.

Quanto aos fatores e às modalidades evolutivas, o tema está totalmente aberto. A feliz intuição de Darwin, e juntamente com ele, 'mesmo sendo menos famoso, de Wallace, sobre a importância da seleção natural que age sobre as pequenas variações da espécie que se formam casualmente (os chamados erros na réplica do DNA segundo a síntese moderna) representa um modelo interpretativo que por muitos é alargado a toda a fase evolutiva. Outros estudiosos admitem-no para a microevolução, mas não consideram adequado este mecanismo, fundado na casualidade das pequenas variações (ou mutações), para explicar em tempos relativamente breves a formação de estruturas bastante complexas e das grandes ramificações evolutivas dos Vertebrados.

Em relação a isto devem ser tidos em consideração os possíveis progressos da biologia evolutiva no estudo dos genes reguladores que podem comportar sensíveis mudanças morfológicas. Experiências feitas sobre genes reguladores que guiam o desenvolvimento embrionário dos Crustáceos permitiriam supor a possibilidade da formação de novos planos organizativos para uma determinada mutação genética. Pesquisas nesta direção poderiam abrir novos horizontes. Contudo, ainda continua à espera de ser averiguado se as causas destas mutações são totalmente casuais ou podem ter qualquer orientação preferencial.

No processo evolutivo, deveria ser dada sempre uma particular atenção às mudanças ambientais. O ambiente pode desempenhar um papel de diminuição, como talvez tenha acontecido nos primeiros bilhões de anos da vida na terra, ou de aceleração, como nos últimos 500 milhões de anos. Não estaríamos aqui a falar deste tema se há cerca de vinte milhões de anos não se tivesse verificado a formação do Rift africano, com vales e regiões abertas que permitiram a evolução do bipedismo e do homem. A história da vida sugere que o desenvolvimento dos viventes exigiu uma coincidência de fatores genéticos e de condições ambientais favoráveis numa série de acontecimentos naturais.

A este ponto podem fazer-se duas perguntas: há espaço para a criação e para um projeto de Deus? O surgimento do homem representa um desenvolvimento necessário das potencialidades da natureza?

João Paulo II, num discurso a um Congresso sobre «Fé cristã e teoria da evolução» (1985) afirmava: «Uma fé retamente compreendida na criação e um ensinamento retamente compreendido da evolução não geram obstáculos. A evolução supõe a criação, aliás, a criação coloca-se na luz da evolução como um acontecimento que se prolonga no tempo, como uma contínua creatio». O Catecismo da Igreja Católica observa que «a criação... não saiu totalmente acabada das mãos do Criador» (no 302). Deus criou um mundo imperfeito, mas "em estado de caminho para a perfeição última. Este devir implica, no desígnio de Deus, juntamente com o aparecimento de certos seres, o desaparecimento de outros; o mais perfeito com o menos perfeito; as construções da natureza com as suas destruições» (n. 310), João Paulo II, na mensagem de Outubro de 1996 à Pontifícia Academia das Ciências, reconheceu à evolução o caráter de teoria científica, em virtude da sua coerência com as opiniões e as descobertas de vários ramos da ciência. Ao mesmo tempo realçava que existem diversas teorias explicativas do processo evolutivo, entre as quais também algumas que para a ideologia materialista na qual se inspiram não são aceitáveis para o crente. Mas neste caso não é a ciência que está em questão mas uma ideologia.

O citado documento «Comunhão e serviço» dá por certo o processo evolutivo. O que precisa ser reafirmado na teologia (e num reto raciocinar) é a relação de dependência radical do mundo de Deus, que criou as coisas do nada, mas não sabemos como.

A este ponto pode ser inserido o debate em curso sobre o projeto de Deus acerca da criação. Como se sabe, os defensores do "intelligent design (ID)" não negam a evolução, mas afirmam que a formação de certas estruturas complexas não pode ter acontecido por eventos casuais mas exigiu intervenções particulares de Deus ao longo da evolução e responde a um projeto inteligente. Excluindo o fato de que, contudo, não bastariam as mutações das estruturas biológicas, porque são necessárias também mudanças ambientais, com o recurso a intervenções externas suplementares ou corretivas em relação às causas naturais, é introduzida nos acontecimentos da natureza uma causa superior para explicar coisas que ainda não conhecemos, mas que poderíamos conhecer. Mas assim não se faz ciência. Colocamo-nos num plano diverso do científico. Se o modelo proposto por Darwin é considerado insuficiente, que se procure outro, mas não é correto sob o ponto de vista metodológico sair do campo da ciência pretendendo fazer ciência. A decisão do juiz da Pensilvânia parece, portanto, ser correta. O ID não pertence à ciência e não se justifica a pretensão de que seja ensinado como teoria científica paralelamente à explicação darwiniana. Gera-se apenas

confusão entre o plano científico e o filosófico ou religioso. Também não é exigida uma visão religiosa para admitir um desígnio geral sobre o universo. É melhor reconhecer que o problema sob o ponto de vista científico permanece aberto. Se sairmos da economia divina que age através das causas secundárias (quase retraindo-se da sua obra de criador), não se compreende por que certos acontecimentos catastróficos da natureza ou linhas ou estruturas evolutivas sem significado ou mutações genéticas danosas não foram evitadas por um projeto inteligente. Infelizmente, na base de tudo isto deve ser também reconhecida uma certa tendência em cientistas darwinistas a assumir a evolução em sentido totalizante, passando da teoria à ideologia, numa visão que pretende explicar toda a realidade viva, incluindo o comportamento humano, em termos de seleção natural excluindo outras perspectivas, como se a evolução tornasse supérflua a criação e tudo se pudesse ter autoformado e ser reconduzido à casualidade.

Quanto à criação, a Bíblia fala de uma dependência radical de todos os seres de Deus e de um desígnio, mas não diz como isso se tenha realizado. A observação empírica capta a harmonia do universo que se baseia em leis e propriedades da matéria e remete necessariamente para uma causa superior, não com demonstrações científicas, mas com base num reto raciocinar. A ciência como tal, com os seus métodos, não pode demonstrar, nem sequer excluir que um desígnio superior se tenha realizado, seja quais forem as suas causas, aparentemente até casuais ou incluídas na natureza. "Também o êxito de um processo natural verdadeiramente contingente pode ser incluído no plano providencial de Deus para a criação», observa-se no citado documento *Comunhão e serviço*". O que nos parece ser causa via estar certamente presente e querido na mente de Deus. O projeto de Deus sobre a criação pode realizar-se através das causas secundárias com o decorrer natural dos acontecimentos, sem ter que pensar em intervenções milagrosas que orientam para uma ou para outra direção. "Deus não faz as coisas, mas faz com que se façam", observou Teilhard de Chardin. E o Catecismo da Igreja Católica afirma: "Deus é a causa primária que age nas e por meio das causas secundárias" (n. 308).

Outro aspecto delicado é representado pelo homem que não se pode considerar um produto necessário e natural da evolução. O elemento espiritual que o caracteriza não pode emergir das potencialidades da matéria. É o salto ontológico, a descontinuidade que o magistério sempre reafirmou para o mento do homem. Ela supõe vontade positiva de Deus. Maritain observou que a transcendência do homem em virtude da alma se realiza "graças intervenção final de uma escolha livre e gratuita mediada por Deus

criador que transcende todas as possibilidades da natureza material". Quando, onde e como Deus quis, acendeu-se, portanto, a centelha da inteligência num ou mais hominídeos. A natureza tem a potencialidade de acolher o espírito segundo a vontade de Deus criador, mas não o pode produzir por si. No fundo, é o que se verifica também na formação de cada ser humano e é o que faz a diferença entre o homem e o animal; uma afirmação que se coloca fora da ciência empírica e, como tal, não pode ser provada nem negada com as metodologias da ciência.

Depois, em relação ao momento no qual surgiu o homem não temos condições para o estabelecer. Mas podem-se colher os sinais da especificidade do ser humano, como observou João Paulo II na citada mensagem de 1996. Estes sinais podem ser reconhecidos também nos produtos da tecnologia, na organização do território, revelam-se projectualidade e significado no contexto de vida. Em suma, são as manifestações da cultura que podem orientar de modo mais claro para determinar a presença humana. As manifestações da cultura colocam-se num plano extrabiológico e exprimem uma transcendência (como reconhecem Dobzhanky, Ayala e outros cientistas evolucionistas), uma descontinuidade, que a nível filosófico é considerada de natureza ontológica. A meu parecer, não é necessário aguardar o Homo sapiens, as sepulturas ou a arte. Mas a delimitação do nível evolutivo no qual o homem pode ser reconhecido, se há 150.000 anos com o Homo sapiens ou também há 2 milhões de anos com o Homo habilis, é matéria de debate mais a nível científico do que filosófico, ou teológico.

Para concluir, numa visão que supera o horizonte empírico, podemos dizer que não somos homens por acaso nem por necessidade, e que a vicissitude humana tem um sentido e uma direção marcadas por um desígnio superior.